

**CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI-RS**  
**PALÁCIO RINCÃO DA CRUZ**

**PARECER ASSESSORIA JURÍDICA**

**Referência:** Projeto de Lei 78/2022  
Mensagem Retificativa n. 24/2022

**Autoria:** Poder Executivo Municipal

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de  
Itaqui, para o exercício financeiro de 2023.

**1. RELATÓRIO**

O **Poder Executivo Municipal de Itaqui/RS** solicita orientação acerca da viabilidade técnica da **Mensagem Retificativa nº 24/2022**, referente ao **Projeto de Lei nº 78/2022**, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Itaqui, para o exercício financeiro de 2023. **A mesma foi protocolada dia 09 de dezembro de 2022.**

Sobreveio orientação técnica do Igam (26.742/2022) sugerindo os seguintes ajustes e considerações:

- a) Ausência do demonstrativo da **compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes** previsto no art. 5º, I da LRF;
- b) Considerações sobre o **superávit financeiro**;

O documento que trata compatibilidade foi apresentada na Mensagem Retificativa nº 22/2022 ao PL nº 78/2022. O documento consta como Anexo VIII da Mensagem Retificativa analisada (fls. 180 e 181).

As questões apontadas foram superadas em reunião da COFT realizada no dia 04 de novembro de 2022 com a presença da contadora do município que esclareceu a situação do a superávit, que trata-se de restos a pagar do exercício financeiro anterior e por esse motivo não é possível que sejam considerados arrecadação a maior.

Foi apresentada a **Mensagem Retificativa n. 22/2022, no dia 04 de novembro de 2022**, com a apresentação dos documentos que não foram juntados inicialmente no PL.

**CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI-RS**  
**PALÁCIO RINCÃO DA CRUZ**

É o relatório.

## **2. ANÁLISE JURÍDICA**

### **2.1. Da competência e Iniciativa**

O projeto versa sobre matéria de competência do Município em face do interesse local, encontrando amparo no artigo 30, inciso I, da Constituição Federal.

Trata-se de propositura de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme disposto inciso III do art. 165 da Constituição e do no artigo 53, alínea “I”, da Lei Orgânica Municipal. **ca, opina como favorável, enquanto a competência e iniciativa do Projeto de Lei em análise.**

### **2.2. Da admissibilidade da Lei de Orçamento Anual**

A lei Orgânica Municipal, em seu artigo 82 traz os prazos que devem ser observados para Propositura da Lei Orçamentária Anual dentro do âmbito do município de Itaqui.

**Art. 82.** Os Projetos de Lei sobre o plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais, serão enviados pelo Prefeito ao Poder Legislativo nos seguintes prazos:

II- para os demais anos do mandato:

[...]

**b)** o orçamento anual, com entrada até o dia 31 de outubro e devendo ser devolvido para sanção até o até o dia 22 de dezembro do mesmo ano.

Conforme se verifica, a data de apresentação e protocolo do Projeto de Lei pelo Executivo se deu no dia 31 de outubro de 2021. Dessa forma, cumprindo os prazos propostos pela Lei Orgânica do Município.

O Projeto de Lei nº 78/2022, com Mensagem Retificativa nº 24/2022, está assim composto:

- a) **Ofício nº 597/2022** do Poder Executivo (fls. 1);
- b) **Justificativa** (fls. 2 e 8);
- c) **Texto legal**, com 10 artigos (fls. 3 a 6 e 9 a 12);
- d) **Exposição de motivos**, do Projeto de Lei (fls. 13);

**CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI-RS**  
**PALÁCIO RINCÃO DA CRUZ**

- e) **Anexo I:** Demonstrativo das Projeções da Receita- LDO 2023-2025 (fls. 14 a 30);
- f) **Anexo II:** Estimativas para a Receita Corrente Líquida (fls. 31 e 32);
- g) **Anexo III:** Parâmetros Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas (fls. 33 e 34);
- h) **Anexo IV:** Demonstrativo Receita/Despesa segundo a categoria Econômica (fls. 35 a 39);
- i) Resumo da Receita das Instituições (fls. 40 a 48);
- j) Resumo da Despesa: Consolidação Geral/Instituições (fls. 49 a 63);
- k) Programa de Trabalho do Governo/Instituições (fls. 64 a 66);
- l) Demonstrativo da Despesa por órgão/função (fls. 67 a 70);
- m) **Anexo VI:** Demonstrativo por projeto/atividade por órgão e unidade (fls. 71 a 116);
- n) **Conferência de Recurso** – Projeções da Receita (fls. 117 a 123);
- o) **Projeções da Despesa por Elemento** (fls. 124 a 164);
- p) **Anexo V:** Total do Orçamento – receita por recurso (fls. 165 a 167);
- q) **Anexo VI:** Estimativa e compensação da renúncia de receitas exercício 2023 (fls. 168 a 171);
- r) **Anexo VII:** Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado Exercício de 2023 (fls. 172 a 174);
- s) **Anexo VIII:** TABELA 06 – Demonstrativo da Memória de Cálculo do Resultado Primário e Nominal – ACIMA DA LINHA (fls. 175 a 182);
- t) **Anexo IX:** Total do orçamento – Receita, por recurso (fls. 183 a 185);
- u) **Atas:** Conselho Municipal de Assistência Social (fls. 186), Conselho Municipal de Saúde (fls. 187 e 188), Conselho Municipal de Educação e CACS FUNDB (fls. 189 a 191);
- v) **Comprovante de realização da audiência pública conforme disposto no** art. 48, § 1º inciso I da LC nº 101/2000 e do art. 44 da Lei nº 10.257/2001 (Estatuto das Cidades): (fls. 192 e 193).
- w) Demonstrativo de Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores (fls. 138);

Após análise dos documentos que fazem parte do Projeto de Lei nº 78/2022, com mensagem retificativa, que os documentos que estavam ausentes foram apresentados.

### 3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, a Assessoria Jurídica passa a opinar:

**CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI-RS**  
**PALÁCIO RINCÃO DA CRUZ**

**3.1.** Opina pela pela viabilidade da **ADMISSIBILIDADE** e do **MÉRITO** do Projeto de Lei nº 78/2022, com **Mensagem Retificativa n. 24/2022**;

**3.2.** pelo encaminhamento da **Mensagem Retificativa n. 24/2022** à **Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação** para análise e ciência da alteração no projeto original, nos termos no artigo 150 do Regimento Interno;

**3.2.1.** em caso de concordância **se manifestar sobre a ciência e concordância da Mensagem Retificativa n. 24/2022** apresentada, bem como, ratificar os termos dos pareceres anteriores, sobre a admissibilidade e mérito;

**3.2.2.** em caso de discordância, da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação deverão ser elaborados novos pareceres nos termos do artigo 150, do Regimento Interno;

**3.3.** que seja providenciado, após manifestação da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação e da leitura, o encaminhamento do Projeto de Lei à Comissão de Constituição, Justiça e Redação para a análise.

Ressalta-se que, a emissão de parecer por esta Assessoria Jurídica não substitui os pareceres das Comissões Permanentes. Dessa forma, a **opinião jurídica não tem força vinculante**, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

É o parecer, salvo melhor juízo das Comissões Permanentes e do Plenário desta Casa Legislativa.

Itaqui/RS, 15 de dezembro de 2022.

**Mariane Contursi Piffero**  
Assessora Jurídica.  
OAB/RS 80.297B